



ARTIGO

A recepção do Marxismo nos manuais de Sociologia Católica (1920-1940)¹

Lucas Matheus de Lima Santos²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender a forma como o marxismo é tratado na perspectiva da sociologia católica, o que será feito por meio da análise de um conjunto de manuais escolares produzidos por intelectuais católicos publicados entre 1920 e 1940. A análise ancorou-se na sociologia relacional de Pierre Bourdieu para compreender como a posição social dos intelectuais católicos e suas disposições no campo educacional influenciaram a abordagem sobre o marxismo. A metodologia utilizada localiza-se no campo da manualística, buscando observar as dimensões externas e internas dos manuais, alcançando os contextos de produção e as seções de conteúdo onde se localizam a exposição sobre a teoria marxiana, evidenciando as estruturas, conceitos abordados e as propostas de refutação elaboradas pelos autores. Como principais achados, destacam-se: 1) a influência das interpretações papais sobre o marxismo na exposição destes manuais; 2) o combate às ideias referentes a luta de classes e a mais-valia; 3) o discurso de conciliação e minimização das tensões sociais e a proximidade com os interesses do Estado na Era Vargas.

Palavras-chaves: Manual de Sociologia; Marxismo; Sociologia Católica; Sociologia relacional.

¹ Os resultados apresentados neste artigo são oriundos da minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso.

² Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). E-mail: lucas.santos@ics.ufal.br

The Reception of Marxism in Catholic Sociology Textbooks (1920-1940)

Abstract

The aim of this article is to understand how Marxism is dealt with from the perspective of Catholic sociology, by analyzing a set of textbooks produced by Catholic intellectuals and published between 1920 and 1940. The analysis was anchored in Pierre Bourdieu's relational sociology to understand how the social position of Catholic intellectuals and their dispositions in the educational field influenced the approach to Marxism. The methodology used for data collection was manualistic, seeking to observe the external and internal dimensions of the manuals, reaching the contexts of production and the sections of content where the exposition on Marxian theory was located, highlighting the structures, concepts addressed and the proposals for refutation elaborated by the authors. The main findings are: 1) the influence of papal interpretations of Marxism in the exposition of these manuals; 2) the fight against ideas of class struggle and surplus value; 3) the discourse of conciliation and minimization of social tensions and the proximity to the interests of the state in the Vargas era.

Keywords: Handbook of Sociology; Marxism; Catholic Sociology; Relational Sociology.

INTRODUÇÃO

A história do ensino de sociologia no Brasil é um tema que ainda fornece descobertas acerca da formação e estruturação da disciplina na educação básica brasileira, tendo trabalhos recentes redescoberto novos marcos das experiências pioneiras que datam do final do século XIX no estado do Amazonas (Bodart; Cigales, 2021), alargando os horizontes da própria questão da formação da disciplina no país. Dessa forma, a presente proposta volta-se para a primeira metade do século XX, período em que a sociologia alcança de forma efetiva o status de componente curricular obrigatório na educação básica no Brasil, buscando alcançar os manuais escolares que surgem no dito período, tendo os mesmos como objeto de pesquisa.

É importante destacar que este artigo é derivado do meu trabalho de conclusão de curso, o qual foi impulsionado por minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no ciclo 2021-2022, sob a orientação do professor Welkson Pires (Ufal). Por meio deste trabalho, foi possível ter acesso a um conjunto de 34 manuais desse período³. Neste esforço, observei a presença de conteúdos referentes ao referencial teórico marxiano nos manuais de sociologia católica, o que terminou por despertar o interesse para

³ Obras constituintes do acervo privado de Cristiano das Neves Bodart (Ufal).

futuros estudos.

Busca-se contribuir, também, com a produção de conhecimento no campo da história do ensino de sociologia, tendo em vista as importantes contribuições de Machado (1987), Meucci (2000), Bodart e Cigales (2021), Cigales (2014) e Cigales (2019), que permitem um panorama das experiências pioneiras e rotinização da sociologia no Brasil, apresentando os primeiros manuais, traçando o perfil de seus autores, apresentando a estruturação da perspectiva sociológica católica, sendo assim, o presente esforço busca acrescentar junto a essas iniciativas uma contribuição a respeito dos conteúdos presentes na sociologia escolar no período, focalizando as produções da chamada sociologia católica.

É importante salientar que, para além da curiosidade advinda da pesquisa anterior com esses manuais realizada no Programa de Iniciação científica, o presente trabalho também toma como ponto de partida a tese de doutoramento de Marcelo Cigales (2019), intitulada *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): Análise sobre os manuais escolares*, onde o autor lança luz acerca dessa vertente sociológica no país e, nesse esforço, aponta secundariamente para os embates que os autores proporcionaram frente à teoria marxiana e contra as contribuições do sociólogo francês Émile Durkheim. A tese de Cigales nos aponta importantes caminhos como informações acerca da biografia desses autores, critérios para enquadramento destes como intelectuais católicos, as dinâmicas das disputas, assim como as principais ideias da sociologia Católica, a mobilização do aparato teórico de Pierre Bourdieu para uma análise relacional dos manuais. Em suma, tal trabalho foi de grande valia para a presente pesquisa, de modo que buscamos expandir esse esforço inicial para um conteúdo específico presente nestas obras: O Marxismo.

Mas por que escolher focar nos conteúdos que versam sobre as teorias de Karl Marx? A justificativa para essa escolha centra-se em dois argumentos: A presença e relevância das ideias políticas do filósofo alemão presentes no Brasil desde o Império, datando a primeira referência de 1872 em um jornal recifense (Azevedo, 2014), tendo suas ideias sido comentadas mesmo que superficialmente ou ocasionalmente por pensadores brasileiros, e marcado presença na imprensa em um contexto no qual o país passava a se industrializar e começavam a acender os primeiros movimentos operários nas primeiras décadas do século XX; em segundo lugar, as ideias de Marx foram alvos de combate da Igreja Católica, tendo o Papa Pio XI, na Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), evocado explicações próprias da Igreja para pontos da vida social em confronto à teoria marxiana. Sendo assim, levando em consideração a presença dessa teoria na imprensa e em movimentos sociais que estavam em

fase inicial no país, e tendo sido alvo de diretrizes da Igreja Católica em seu mais alto clero, fica evidenciada a relevância desses conteúdos para retratar uma disputa expressa nos manuais de Sociologia escolar aqui escolhidos.

Para realizar tal empreendimento, valemo-nos do referencial teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu em suas obras “Razões Práticas” (2011) e “As formas do capital” (1986), mobilizando as noções de espaço social, campo e capital em suas formas econômica e cultural, de forma que pudéssemos realizar uma análise relacional acerca da presença do marxismo nestes manuais. Buscou-se compreender como a forma que esses conteúdos se estruturam, e como se relacionam com os contextos de produção e a lógica interna dessas obras.

Levamos em consideração a observação documental nos termos postos por Richardson (2009), os princípios da análise de conteúdo, tendo como base Bardin (2002), e os percursos metodológicos para análise de manuais escolares no ensino de sociologia propostos por Cigales e Oliveira (2019) e Bodart e Pires (2021).

Feitas tais considerações, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, segue-se a seção desenho teórico-metodológico, onde serão apresentadas as estratégias metodológicas e a base teórica para a análise aqui empreendida; segue-se a seção “A igreja, a ciência e o marxismo: reconstruindo oposições”, na qual é realizada uma contextualização histórica acerca das relações entre a Igreja e o surgimento da ciência moderna e do marxismo; em seguida verifica-se a seção “Os autores e editoras: elementos para uma sociologia relacional”, constando nesta um panorama geral das obras e a biografia dos seus autores; por fim, a seção “O marxismo na perspectiva da sociologia católica” é onde se localiza especificamente o esforço analítico acerca dos conteúdos sobre a teoria marxiana.

1

DESENHO TEÓRICO METODOLÓGICO

O que se pretende realizar neste artigo, em certa medida, é uma sociologia da sociologia, no sentido de mobilizar categorias sociológicas para analisar conteúdos presentes nos manuais de sociologia escolar (mais especificamente, os conteúdos que versam sobre o marxismo nos manuais de sociologia católica). Para tal empreendimento, a perspectiva relacional do sociólogo francês Pierre Bourdieu parece melhor atender as necessidades

analíticas da proposta, uma vez que buscaremos pensar tais manuais escolares relacionando seus aspectos internos com suas condições de produção, levando em consideração a biografia de seus autores e suas redes de relacionamentos, o contexto histórico, político e social do período em que foram produzidos.

Necessariamente nos é cara a noção de campo cunhada por Bourdieu, entendendo esta como um espaço simbólico constituído por posições distintas e coexistentes que existem uma em relação às outras, onde as posições dos agentes são determinadas de acordo com a distribuição dos capitais que são os princípios de diferenciação (Bourdieu, 2011), expressando assim uma estrutura relacional. Tal arcabouço conceitual nos permite melhor compreensão acerca desses dados biográficos dos autores e suas relações sociais e influência, que irão contribuir para o esforço maior de explicar a forma como a teoria marxiana é recepcionada por estes autores em seus manuais escolares de sociologia.

Tomando o campo como espaço de posições sociais, Bourdieu (2011) coloca que esta condição se retraduz em um espaço de tomadas de posição através do espaço de disposições, os *habitus*, estes por sua vez são “[...] princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...]” (p. 22) que terminam por fornecer um senso prático para os indivíduos. Dessa forma, a posição que os indivíduos ocupam no espaço social está relacionada com maneiras distintas de se portar no mundo, de assumir posições, o que nos interessa, já que pode nos fornecer caminhos para relacionar essas posições e decisões assumidas pelos autores ao marxismo interpretado por estes em seus manuais.

A teoria de campo social proposta por Bourdieu embasa justamente essa multiplicidade de olhares simultâneos para a análise destes manuais, não se restringindo a apenas uma das dimensões (a própria obra ou apenas as condições estruturais etc.), como podemos verificar nas palavras do sociólogo francês:

A teoria do campo realmente faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre a biografia individual e a obra (ou entre a “a classe social” de origem e a obra) como a análise interna de uma obra em particular ou mesmo a 12 análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras. Porque é preciso fazer tudo isso ao mesmo tempo (Bourdieu, 2004, p. 177).

Entendendo que os indivíduos são posicionados no espaço social de acordo com a distribuição dos capitais, faz-se necessário também explorar as noções de capital cultural e econômico na proposta de Pierre Bourdieu. No que diz respeito ao capital econômico, pode ser institucionalizado na forma de posse de propriedades, podendo ser convertido diretamente em dinheiro, poder aquisitivo. Para os fins deste trabalho, tal capital pode ser observado por

meio da biografia dos autores analisando suas origens familiares e ocupação de cargos.

Já o capital cultural pode existir em três formas: no estado incorporado, na forma de disposições na mente e no corpo (como a capacidade de expressão verbal); pode ser institucionalizado, referente a qualificações educacionais (diplomas em instituições de prestígios); também pode ser verificado no estado objetivado sob a forma de bens culturais (quando, por exemplo, o indivíduo tem a posse de uma biblioteca ou obras de arte). O capital cultural, em certas condições, pode ser convertido em capital econômico (quando um indivíduo adquire uma formação acadêmica que possa lhe proporcionar uma alta remuneração), assim como também pode ser convertido em capital social por meio de conexões sociais (Bourdieu, 1986). Na presente pesquisa observamos necessariamente a posse do capital cultural em sua forma institucionalizada.

É interessante apontar que Cigales (2019), ao realizar interessante esforço para compreensão da sociologia Católica no Brasil em sua tese de doutorado, apropria-se do referencial teórico bourdieusiano, mobilizando as categorias sociológicas desta teoria para analisar os manuais escolares católicos. Tendo em vista a disputa pela hegemonia no campo educacional brasileiro entre renovadores e católicos, o autor busca, na perspectiva relacional de Bourdieu, perceber disputas nos manuais:

[...] por trabalhar com uma sociologia relacional, a intenção neste estudo é perceber os pontos da tensão entre os níveis micro e macro, buscando compreender como o interior do manual reflete as disputas mais amplas no interior dos campos sociais. E vice-versa, ou seja, buscar analisar como essas disputas influenciaram na estruturação interna desses manuais, impondo sistemas de classificações e divisões do mundo social, ou até mesmo, investigar até que ponto os manuais da sociologia católica, exerceram resistência às influências externas (Cigales, 2019, p. 56).

Este é um trabalho que muito nos interessa, uma vez que tem os manuais de sociologia escolar católicos como objeto de estudo e utiliza-se do referencial teórico de Bourdieu para pensar a estruturação da sociologia católica a partir da noção de campo social. Partindo desse esforço de Cigales (2019) para evidenciar a estrutura e a posição desses sujeitos para compreender a sociologia católica no Brasil, busca-se pensar os conteúdos sobre a teoria marxiana nesses manuais, tendo em vista a sociologia Relacional de Bourdieu, de modo que possamos evidenciar o “não dito” por trás destes conteúdos e aspectos relacionados às posições e tomadas de decisões destes agentes, e que possam explicar o porquê do marxismo ter sido exposto da forma como o foi nesses manuais.

Para além do aporte teórico fornecido por Pierre Bourdieu, nos valem de algumas técnicas para análise dos manuais que fazem parte do corpus desta pesquisa, tais como a

observação documental nos termos estabelecidos por Richardson (2009, p. 228) que a descreve da seguinte maneira: “pode ser definida como a observação que tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles”. Dessa forma, os manuais escolares de Sociologia foram observados pensando como estes podem registrar os fenômenos sociais, indo de acordo com a perspectiva de Benito (2017), que aponta como uma das dimensões do livro sua capacidade de ser um espelho da sociedade que o produz.

Outra técnica mobilizada para coleta de dados foi a análise de conteúdo partindo dos princípios estabelecidos por Bardin (2002):

- Pré-análise: após uma leitura flutuante, será realizada: 1) mapeamento dos conteúdos que versam sobre a teoria marxiana que é nossa unidade de análise; 2) feita de fichamentos que, além de conter os conteúdos sobre o marxismo, contextualiza a discussão em que está inserido;
- Interpretação dos dados: tendo realizado a organização das unidades de registro, fornecendo um quadro comparativo entre os conteúdos, foram estabelecidas inferências sobre as condições de produção destes elementos, tomando como base as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu.

Além disso, foi levado em consideração um conjunto de orientações metodológicas, presentes em Cigales e Oliveira (2019) e Bodart e Pires (2021), que apontam para a necessidade de se atentar, na observação dos manuais escolares, para elementos concernentes às dimensões internas (elementos gráficos como imagens, escolha da capa, tamanho da fonte, prefácios, a estrutura da obra etc.) e externas (contextos histórico, político e cultural de produção, biografia do autor) das obras. Além disso, assumimos também a recomendação presente naqueles trabalhos no que diz respeito a empreender uma multiplicidade de técnicas para analisar esse objeto, visando melhor explorar aquelas duas dimensões.

Sobre as dimensões externas e internas, foi realizada uma seleção dos elementos tendo em vista os objetivos deste artigo e as possíveis potencialidades analíticas que estes poderiam proporcionar. No que tange aos aspectos externos indicamos os seguintes, e suas potencialidades analíticas: o contexto histórico e social da Europa ocidental, de modo que possamos compreender as dinâmicas que culminaram com a perda da hegemonia da Igreja Católica e a ascensão do sistema capitalista e suas consequências sociais que nos levam a entender o surgimento de novos problemas que impulsionaram novas reflexões sobre a sociedade (como o marxismo, neste caso) e a resposta da Igreja para estes problemas; assim

como nos interessa observar o contexto histórico social do Brasil dos fins do século XIX até a década de 1940, o que pode nos possibilitar a compreensão das dinâmicas do campo educacional do país e suas condicionantes na situação política e econômica, com o declínio da primeira república e a Revolução de 1930, que reestrutura as elites nacionais e os projetos desta classe para o país.

Outros dois elementos externos importantes para a nossa análise são as biografias dos autores e as editoras nas quais publicaram suas obras. O primeiro elemento pode nos possibilitar compreender justamente a posse dos capitais cultural e econômico destes autores, partindo da origem familiar, suas formações e produção acadêmica, a trajetória de atuação profissional etc.; já no que diz respeito ao segundo elemento, investigar as editoras pode acrescentar nossas informações sobre o alcance destas obras, se estas editoras são vinculadas ou têm origens católicas, assim como podemos entender o interesse editorial por estas obras.

Pensando nos elementos internos do manual, voltaremos nossa atenção para os seguintes: capa e orelha do livro (buscando identificar algum indicativo de filiação católica, imagético e textual); Contracapa (para verificar se a obra possui selos de aprovação da Igreja Católica, os chamados Nihil Obstat e Imprimatur); prefácio (este elemento pode nos indicar a rede de relações e o prestígio do autor, tendo em vista quem redigiu a seção); Sumário (que nos permitirá fazer um primeiro levantamento sobre a presença e a localização do marxismo nos manuais); Seções de conteúdo (por meio de uma leitura flutuante, nos permitirá localizar os conteúdos que versam sobre o marxismo).

Feitas tais considerações sobre o substrato teórico que norteia esta pesquisa e os procedimentos metodológicos empreendidos, podemos agora nos deter sobre o recorte da nossa fonte de dados: os manuais de sociologia. A escolha destes autores e seus manuais tiveram como base trabalhos anteriores, como a dissertação de mestrado de Marcelo Cigales intitulada “A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise de uma instituição de ensino católica (2014)”, e sua tese de doutorado “A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares (2019)”. Os manuais aqui analisados estiveram presentes no corpus de pesquisa de ambos os trabalhos supracitados desenvolvidos por Cigales, de modo que buscamos levar em consideração os critérios que ele estabeleceu para definir o seu recorte.

Observando melhor estes critérios que buscam incluir tais autores na perspectiva católica, aproveitamo-nos dos seguintes: a) O nome do autor, de modo que remeta a filiação ao clero (Padre, Monsenhor, Madre); b) o título do manual, e se continha algum indicativo

católico; e c) Se a editora tinha alguma ligação com os projetos da Igreja Católica.

Além destes critérios, é importante salientar que, em levantamentos preliminares, foram averiguadas informações no trabalho de Meucci (2000) que foram importantes para enquadrar de fato o autor Amaral Fontoura como um intelectual católico, já que, devido às especificidades em suas obras (como a tentativa de conciliar ideias da pesquisa social laica com os princípios católicos, a busca por uma ‘imparcialidade’ na exposição de outras correntes sociológicas, o diálogo com as ideias de Fernando de Azevedo), surgiram dúvidas sobre sua inclusão neste recorte. Entretanto, apesar dessas diferenciações em relação aos outros autores, Fontoura possuiu participação ativa em instituições de ensino confessionais e apresenta ideias que remetem ao reconhecimento da Igreja e dos princípios cristãos como elemento crucial da organização social, chegando a colocar que a escola, a família e o estado deveriam seguir os dogmas católicos (Meucci, 2000).

Um último critério de seleção dos manuais foi a verificação do marxismo em seus conteúdos, já que a presença desta teoria nos manuais é a nossa unidade de análise. Feitos esses esclarecimentos sobre a seleção dos manuais, chegou-se ao seguinte recorte:

Quadro 01 - Manuais de sociologia Católica que compõem o corpus de pesquisa.

Manual	Autor	Editora	Ano
Preparação à sociologia	Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima)	Getulio Costa	1931 2ª ed. (1942)*
Noções de sociologia	Madre Francisca Peeters	Melhoramentos	1935 2ª ed. (1938)*
Sociologia Cristã	Padre Guilherme Boing	Vozes	1938 (Vol.1)
Programa de sociologia	Amaral Fontoura	Globo	1940

(*) Edição analisada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2. **A IGREJA, A CIÊNCIA E O MARXISMO: reconstruindo oposições.**

Antes de empreender a descrição e análise da presença dos conteúdos referentes à teoria marxiana nos manuais de Sociologia Católica, faz-se necessário situar esta discussão

em uma teia maior de relações que partem da própria relação entre a Igreja Católica e a produção científica, realizando uma contextualização histórica que se inicia no surgimento da ciência moderna em contraposição à hegemonia das ideias do Clero, bem como a ascensão do marxismo e sua propagação, recaindo finalmente na laicização da educação no Brasil como meio de modernização do país, e a reação católica a esse movimento na primeira metade do século XX.

A Igreja Católica estabeleceu-se como a mais poderosa força social durante a Idade Média europeia permeando todos os níveis da sociedade do velho continente. Burke (2003, p. 95) expressa bem a força da igreja nesse período, descrevendo-a da seguinte forma: “[...] a igreja católica era uma instituição construída em escala mais grandiosa do que qualquer monarquia europeia, com o clero praticamente detendo o monopólio da alfabetização”. Toda essa força clerical no medievo torna-se ainda mais notável pelo fato da Igreja ter sido a maior proprietária de terras. Leo Huberman, em sua obra “História da riqueza do homem”, chega a sinalizar que tal instituição possuía entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental, e esse domínio estendeu-se também para o campo das ideias, como destaca o supracitado autor: “Nos primórdios do feudalismo, a Igreja foi um elemento dinâmico e progressista. Preservou muito da cultura do Império Romano. Incentivou o ensino e fundou escolas” (Huberman, 1981, p. 23).

Entretanto, a partir do final do século XV, a hegemonia da Igreja Católica de Roma começa a ser abalada. O alvorecer da Idade moderna trouxe consigo importantes processos de mudanças sociais na Europa Ocidental, expressados na queda do modelo feudal e ascensão do capitalismo. A queda do feudalismo levou não só a mudanças na economia como também na política. As cidades independentes agora cedem lugar à ascensão do Estado monárquico absolutista, forte e centralizador que tinha apenas um rival à altura, a Igreja. Huberman (1981, p. 87) descreve esse inevitável confronto: “Os reis necessitavam de dinheiro, parecia-lhes que a fortuna da Igreja, já então enorme e aumentando sempre, devia ser taxada para ajudar a pagar as despesas da administração do Estado”.

Além do surgimento dos estados nacionais, a Reforma Protestante colocou em xeque o próprio poder teológico da Igreja Católica, com o ethos protestante se adequando melhor ao novo modo de produção capitalista florescente na Europa ocidental, o qual foi estudado por Max Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. O processo de separação entre ciência (produção de conhecimento) e o catolicismo que se inicia no século XV, passando pela era do Renascimento, efetiva-se com o movimento Iluminista:

[...] no século XVIII, floresceu um movimento filosófico chamado de Iluminismo, que buscava a separação entre ciência e religião. Esse movimento intelectual tinha como fundamentos a crença inabalável na razão e a ideia de que o progresso humano poderia ser ilimitado, desde que o mesmo, se libertasse das tolices, ignorância, superstições e o misticismo (Gasparini, 2011, p. 04).

O Iluminismo vai se alinhar com o sistema capitalista, que necessita do conhecimento técnico científico e, para isso, um corpo de especialistas é necessário para fazer funcionar o novo modo de produção, escancarando o embate entre a velha ordem baseada na fé e a nova ordem ancorada na razão e na ciência, consolidando a separação entre ciência e religião, como coloca Gasparini (2011, p. 07): “O divórcio entre a ciência e a religião vai surgir no momento em que surge uma nova ordem na sociedade, uma ordem burguesa e capitalista que precisa da liberdade [...]”.

Com a progressiva perda da hegemonia eclesiástica na Idade moderna, a partir do século XVIII a Europa passa por intensos avanços tecnológicos oriundos das revoluções científicas, as quais impulsionaram o surgimento da máquina a vapor e de outras inovações que permitiram a estruturação da grande indústria, o que termina por provocar mudanças na sociedade europeia que no século XIX, que já se apresentava como uma sociedade industrial e com o modo de produção capitalista como padrão das relações de produção. Tanto a Igreja Católica quanto Karl Marx irão perceber as contradições latentes dessa sociedade industrial que tornou evidente novos fenômenos como o pauperismo, colocando em colisão o materialismo histórico do filósofo alemão e a Doutrina Social Católica no que tange a *Questão Social*.

A expressão *Questão Social*, segundo Castelo (2010), emerge no século XIX no cenário europeu mediante a reação dos trabalhadores assalariados às péssimas condições de existência nas quais se encontravam dentro da estrutura capitalista com a industrialização. Eles estavam sujeitos a verdadeiras mazelas, tais como a fome, o precário espaço urbano, as péssimas condições de habitação, o pauperismo, dentre tantas outras privações. Desta forma, o termo foi utilizado para referir-se a essas condições. A expressão começa a ser integrada no discurso das classes dominantes a partir do levante revolucionário que se estendeu pela Europa, denominado Primavera dos Povos, em 1842. Buscando mascarar a real condição dos fatos, os intelectuais burgueses primaram por dar-lhe um sentido neutro, impondo um caráter a-histórico e despolitizado às desigualdades sociais.

Marx compreendia as desigualdades sociais como fruto das relações econômicas na sociedade capitalista, entendendo que a história das sociedades é a história da luta de classes

(Marx; Engels, 1998) e que assim como a revolução burguesa venceu o feudalismo, a vitória da classe operária sobre o capitalismo também seria inevitável, emergindo em seu lugar uma sociedade na qual o Estado e as classes sociais seriam superados. Em contrapartida à doutrina social católica da Igreja, adivinha preocupação do clero com a pobreza dos trabalhadores e a influência dos ideais comunistas. Zachariadhes (2009) caracteriza o pensamento social católico como uma doutrina “[...] assistencialista, paternalista e propunha como solução para os problemas socioeconômicos, uma conciliação entre as classes”.

Uma solução pautada na conciliação está de acordo com o entendimento da desigualdade entre os homens como algo natural, já que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (Leão XIII, 1891, p. 07), bem como esta desigualdade tinha um sentido positivo para o funcionamento da ordem social:

Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições (Leão XIII, 1891, p. 07).

Fica evidente que a concepção da luta entre as 25 classes sociais é inconcebível para o pensamento católico, uma vez que sua concepção de sociedade estava pautada na harmonia entre as várias partes que compõem o todo, a luta de classes só poderia ser percebida como conflito e pura violência entre os filhos de Deus, sendo o oposto do amor cristão, como destaca Zachariadhes (2009).

Os processos de secularização da sociedade e consequente perda da hegemonia da Igreja, tanto no Estado quanto no campo das ideias, também irá ocorrer no Brasil, levando em consideração as especificidades da formação da sociedade brasileira. Com o estabelecimento da República em 1889, consuma-se a separação entre Igreja e Estado no Brasil, consolidando-se os ideais de estado laico e secularizado, o que reverbera em várias dimensões da sociedade, sobretudo em um campo muito caro para o clero: a educação. No processo de modernização do país no início do século XX, ganha espaço a ideia liberal de extensão universal da educação como meio de transformação dos indivíduos em cidadãos esclarecidos e que possam participar politicamente, assim como a exclusão do ensino religioso da escola (Saviani, 2013).

Dessa forma, a educação passa a ser encarada por uma burocracia laica desvinculada dos ideais católicos. Nesse novo cenário republicano, durante os idos da década de 1920, duas correntes educacionais vão se mobilizar para uma disputa pela hegemonia das ideias

pedagógicas: os católicos conservadores, que buscam uma reação para o novo cenário social, e os Escolanovistas, herdeiros das ideias liberais laicas.

É justamente neste período que a sociologia passa a obter obrigatoriedade no ensino básico brasileiro. Levando em consideração o recorte temporal desta pesquisa (1920-1940), a sociologia se manteve como disciplina obrigatória no ensino secundário desde 1925 a partir da reforma Rocha Vaz, sendo lecionada no sexto e último ano dessa modalidade (Machado, 1987).

Já em 1931, a reforma Francisco Campos dividiu o ensino secundário em dois ciclos: curso fundamental (de cinco anos) e o curso complementar (de dois anos), sendo a sociologia lecionada no segundo ano do curso complementar. Apesar de incentivar um ampliação da oferta, essa reforma demonstrou seu caráter elitista em seus critérios de admissão: a) realização de um exame de admissão, com provas escritas de português e aritmética, além de provas orais sobre história do Brasil, geografia e ciências naturais; b) pagamento de uma taxa de inscrição (Brasil, 1931). Dessa forma, pode-se colocar que o ensino secundário neste momento era para poucos, necessariamente servindo para a formação de uma elite que pudesse ocupar os cargos da burocracia.

É importante ressaltar que a Igreja Católica exerceu certa predominância no que diz respeito às instituições de ensino secundário. Ao final do Império, foram falhas as tentativas de estabelecer uma rede eficiente de escolas, dessa forma, o ensino secundário foi assumido pela iniciativa particular e pela Igreja (Oliveira, 2004). Já na consolidação da Era Vargas, a Igreja reforça suas atenções para a educação, sendo constante o investimento em instituições confessionais neste período. A educação assumiria, então, um papel importante para o projeto de recatolização do Brasil (Silva, 2012).

Figurando na educação básica brasileira no período, a sociologia vai passar a ser alvo de disputas também entre escolanovistas e católicos, e a sua institucionalização pode ser interpretada como um incentivo à produção dos manuais escolares produzidos tanto por agentes católicos quanto pelos adeptos de uma sociologia laica.

3. **OS AUTORES E EDITORAS: elementos para uma sociologia relacional**

Nesta seção exploraremos os dados biográficos de cada um dos quatro autores que compõem o corpus desta pesquisa buscando esboçar um posicionamento destes no espaço

social conforme a posse de capitais culturais e econômicos. Além disso, serão salientados alguns elementos gerais de cada obra e informações sobre a editora em que foi publicada (o que pode ser um dado indicador do prestígio ou acesso dos autores).

Dos quatro autores, dois são leigos católicos (Alceu Amoroso Lima e Amaral Fontoura) e os outros dois estão diretamente ligados à Igreja por meio do sacerdócio (Madre Francisca Peeters e Guilherme Boing). Alceu Amoroso Lima é destes o mais bem posicionado socialmente, oriundo de uma rica família de comerciantes do ramo têxtil, formou-se em direito e estudou em prestigiadas instituições francesas, como Sorbonne e College de France (Oliveira; Cigales; Engerroff, 2021). Foi líder do movimento católico e principal referência da sociologia católica no Brasil, ocupou cargos na Academia de Letras, Universidade do Distrito Federal e participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Saviani, 2013). Percebe-se que foi um indivíduo possuidor de elevado capital econômico e cultural, transitando em instituições laicas e católicas.

Seguindo a exposição, Amaral Fontoura também ocupou considerável posicionamento social, tendo em vista que seu avô paterno, Ubaldino do Amaral foi senador pelo estado do Paraná e prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro), assim como seu pai, Joaquim do Amaral Fontoura foi diretor do Ministério da Fazenda (Fontoura, 1970). Formou-se em Direito na Universidade do Rio de Janeiro e em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Meucci, 2000), tendo atuado profissionalmente ministrando cursos na Faculdade Santa Úrsula, Universidade Católica do Brasil e na Escola de Serviço Social da Associação de Educação Familiar e Social.

Tendo apresentado informações sobre os dois autores leigos, passaremos agora aos autores ligados pelo sacerdócio. Madre Francisca Peeters nasceu na Bélgica, tornou-se madre através da Congregação Irmãs de Santo André (Cigales, 2019), chegou ao Brasil em 1914, através da solicitação do Bispo de São Carlos, Dom José Marcondes Homem de Mello, que buscava abrir colégios em sua diocese. Dessa forma, Peeters lecionou as disciplinas de sociologia, Latim, Filosofia, Matemática e Física no Colégio de Santo André em Jaboticabal (SP).

No que tange ao Padre Guilherme Boing, são escassas as informações biográficas sobre ele. De acordo com Cigales (2019), é possível saber que ele adaptou a obra do bispo holandês D. João Aeengnent que resultou no seu manual *Sociologia Cristã*. Além disso, participou de eventos como o I Congresso Católico de Educação em 1934, evento organizado pela Confederação Católica Brasileira de Educação. O seguinte quadro sistematiza as

principais informações dos autores:

Quadro 02 - Informações sobre os autores.

Alceu Amoroso Lima
Pertencente a uma família de industriais do ramo têxtil, formado em direito, atuou em instituições como Academia de Letras, Universidade do Distrito Federal e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Principal liderança católica.
Amaral Fontoura
Avô paterno foi Senador e Prefeito (RJ), Ubaldino Amaral, e seu pai foi diretor do Ministério da Fazenda, Joaquim do Amaral Fontoura. Formado em direito (Universidade do Rio de Janeiro) e Filosofia (Universidade do Brasil). Atuou como docente em instituições superiores e normais.
Francisca Peeters
Madre pela Congregação Irmãs de Santo André, veio ao Brasil solicitada para lecionar em uma instituição confessional, ministrando aulas de Sociologia, física e latim.
Guilherme Boing
Padre da Igreja Católica, participou de eventos sobre o debate educacional, tais como o I Congresso Católico de Educação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito às editoras em que estes autores publicaram seus manuais, todas estão situadas nas regiões sudeste e sul do país: Livraria Globo (Rio grande dos Sul); Melhoramentos (São Paulo); Editora Vozes (Petrópolis) e Livraria Getúlio Costa (Rio de Janeiro). De acordo com Hallewell (2005), três destas editoras tiveram projeção nacional no século XX, sendo estas a Globo, Melhoramentos e Vozes. Ainda de acordo com o levantamento, apenas a editora Vozes é vinculada oficialmente à perspectiva católica. É interessante salientar que o período em que essas obras foram publicadas fazem parte do “boom” dos livros didáticos na década de 1930, que terminou por despertar o interesse de pequenas e grandes editoras que buscavam tirar proveito do mercado editorial aquecido (Hallewell, 2005).

4. **O MARXISMO NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA CATÓLICA**

Na presente seção, busca-se apresentar de maneira sistemática as principais características da presença do marxismo nos manuais de sociologia católica. Devido ao

formato deste trabalho, não será possível uma discussão minuciosa de cada elemento, entretanto, será possível visualizar os principais elementos que aqui foram escolhidos, tais como: a) discussões em que o marxismo é inserido nesses manuais; b) forma como é estruturada a discussão; c) como é enquadrado; e d) principais ideias citadas. Por último, serão realizadas inferências que forneçam pistas para compreender a forma como o marxismo foi apresentado, tendo em vista a sociologia relacional de Bourdieu e os dados obtidos acerca do contexto externo e biográfico dos autores.

Foi verificado que o marxismo é inserido nessas obras em discussões sobre economia (tipos de propriedade, regimes econômicos, relações entre as mudanças econômicas e a moral); sobre a questão operária; além de discussões sobre a ordem social e a estrutura social. A centralidade das discussões sobre economia, quando se trata da teoria marxiana, foi apontada por Cigales (2019) em sua tese de doutorado, sendo esta seara de discussão alvo de críticas destes autores.

Outra característica geral refere-se à estruturação dos conteúdos referentes à teoria marxiana. Os manuais analisados apresentam o movimento de expor o conteúdo e, em seguida, apresentar uma proposta de refutação sobre estes, essa forma de estruturação foi observada também por Cigales (2019), referindo-se a um movimento de explicar, combater e prescrever.

No que tange a forma como o marxismo é enquadrado, não há uma classificação homogênea. Amaral Fontoura o enquadra como uma Filosofia Social ou Doutrina econômica, Madre Francisca Peeters classifica-o como uma Doutrina Filosófica, enquanto Alceu Amoroso Lima o associa ao Socialismo Científico e Padre Guilherme Boing o enquadra como uma escola sociológica de vertente econômica.

No que se refere às principais ideias abordadas, quando se trata do marxismo, verifica-se a conceitualização das seguintes categorias: luta de classes; superestrutura; infraestrutura; Mais-valia; ditadura do proletariado; materialismo histórico; Teoria do valor; exército industrial de reserva; e acumulação capitalista. Como dito anteriormente, tais manuais possuem a característica de explicar para combater, dessa forma, verifica-se nestes o esforço de propor refutações para o referencial marxiano, com certa ênfase no rechaço ao materialismo histórico e a mais-valia.

Quando os autores se referem ao materialismo histórico e a luta de classes como o motor da história da humanidade, estes buscam minimizar a economia ou as tensões entre as classes sociais como fatores determinantes para a história. Madre Francisca Peeters, em seu

manual *Noções de sociologia* (1938), aponta que outras motivações, tais como o amor pela independência, a ambição, a vaidade, a fé religiosa e as tradições, têm impacto sobre as ações dos homens, de modo que a esfera econômica não seja dominante. Até mesmo a ideia de abolição das classes sociais é alvo de refutação, Amaral Fontoura, na obra *Programa de Sociologia* (1940), aponta que os indivíduos pensam, vivem e são diferentes entre si, tendendo a se agruparem com os seus semelhantes, sendo, então, inevitável a estratificação entre os seres humanos.

Guilherme Boing também aponta para insuficiência explicativa da luta de classes para o movimento da história, apontando que a religião e a moral obtiveram influência enorme na história humana. Além do mais, a ideia de luta de classes alimenta o ódio e o revanchismo, dessa forma, adotar o princípio da luta de classes é uma atitude contra a própria fé cristã (BOING, 1938).

Sobre a concepção de mais-valia em que o lucro é tido como trabalho não pago, ou seja, é uma forma de usurpação da força de trabalho do operário, os manuais expressam um esforço de justificação do lucro. Tal refutação se baseia na ideia de que a função exercida pelo patrão possui maior complexidade, riscos e prejuízos os quais os trabalhadores não estão sujeitos, como expõe Amaral Fontoura no manual *Programa de sociologia* (1940). Outra argumentação mobilizada é que o comunismo proposto por Marx não levaria à emancipação do trabalhador, como coloca Alceu Amoroso Lima (com seu pseudônimo Tristão de Ataíde). Em última instância, o comunismo não levaria à libertação do homem, pelo contrário, a concentração econômica passaria dos capitalistas para as mãos do Estado, substituindo as aristocracias comerciais para uma nova aristocracia do trabalho (Ataíde, 1942).

Tendo realizado esta sistematização das principais características da presença do marxismo nestes manuais, pretende-se neste momento apontar pistas que possam responder o porquê de o marxismo ter sido exposto desta forma nas obras aqui analisadas. Uma primeira inferência é que a posição combativa frente ao marxismo nesses manuais está alinhada com as diretrizes da doutrina social católica expressada em suas cartas encíclicas.

Esses documentos, de autoria do Papa Leão XIII (*Rerum Novarum* de 1891) e Pio XI (*Divinis Redemptoris* de 1937), expressaram a posição da Igreja frente às latentes tensões sociais da sociedade capitalista e o avanço das ideias socialistas. Na encíclica de Leão XIII, verifica-se uma tentativa de naturalizar a desigualdade entre os indivíduos, propondo que a diversidade de aptidões e, conseqüentemente, os diferentes postos ocupados pelos homens é uma necessidade do organismo social. Já na encíclica produzida por Pio XI, este coloca que a

concepção da luta de classes é “[...] tão cheia, infelizmente, de ódios e de ruínas” (1937, p. 04), assim, ser adepto a este discurso é ser contra o princípio cristão de amor e fraternidade com seus irmãos.

Foi demonstrado anteriormente que autores como Amaral Fontoura se alinham com o discurso da Igreja na tentativa de naturalizar a desigualdade entre os indivíduos e à impossibilidade de suprimir as diferenças de classe, assim como percebemos no discurso de Guilherme Boing, a posição de pensar a luta de classes como um elemento fomentador da discórdia e do ódio na sociedade.

Outra inferência que podemos realizar é que a posição social dos autores está alinhada com a postura que tiveram em relação ao marxismo em suas obras, uma vez que estes são participantes de uma elite econômica (Alceu Amoroso Lima e Amaral Fontoura), lideranças de organizações de reação católica (Alceu Amoroso Lima) e membros do Clero (Padre Guilherme Boing e Madre Francisca Peeters). Dessa forma, podemos colocar que tal discurso sobre o marxismo pode ser encarado como uma estratégia de manutenção de posição no espaço social, rechaçando uma teoria do conflito como o marxismo.

Por fim, uma última inferência estabelecida, o discurso conciliador e de apaziguamento proposto pelos autores em seus manuais parecem estar em convergência com a política empreendida pela Era Vargas para minimizar as tensões sociais no Brasil na década de 1930 (SAVIANI, 2013). Como aponta o autor supracitado, evocando o caso da França em que a burguesia revolucionária, ao chegar no poder, buscou aliar-se com a Igreja para conter o ímpeto dos trabalhadores.

Podemos realizar um paralelo com o contexto brasileiro em que, após a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, era necessário conter os ânimos sociais da nação e unificá-la, ao passo que a Igreja buscava seu espaço também nas instituições da república. Dessa forma, o discurso conciliatório e de rechaço à solução marxiana parece estar em consonância com o objetivo da nova configuração política da década. Essa possível relação de alinhamento pode ser observada, também, pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas através do decreto n. 19.941, que era uma reivindicação católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente trabalho buscou fornecer uma sistematização da presença do

marxismo nos manuais escolares de sociologia produzidos no Brasil entre os anos de 1920 e 1940. Para tal empreitada, foi escolhido o referencial teórico fornecido por Pierre Bourdieu em sua abordagem sociológica relacional, além das contribuições do campo da manualística e os caminhos metodológicos indicados pela produção recente no subcampo do ensino em sociologia, que tomam os manuais como objeto de estudo.

Tentando aproximar as análises das dimensões externa e interna dessas obras, começou-se pela contextualização histórica da perda gradativa da hegemonia no campo das ideias da Igreja Católica, suas relações com as mudanças sociais e o embate com novas perspectivas de explicação da realidade, bem como esse processo ocorreu no Brasil, mais especificamente com as disputas ideológicas no campo educacional entre escolanovistas e católicos na década de 1930.

Após esse esforço, buscou-se realizar uma exploração dos dados biográficos de cada um dos autores, observando a posse dos capitais econômico e cultural, além de voltar o olhar para as editoras que publicaram tais obras na intenção de coletar dados suficientes para uma tentativa de posicionar os autores e as suas redes de contatos e prestígios. Em seguida, explorou-se a presença dos conteúdos marxianos nos manuais, observando os principais conceitos, a lógica de estruturação da exposição e as discussões em que se inserem.

Apesar de estes manuais seguirem a lógica de ensinar, refutar e prescrever, já observada por Cigales (2019), tais obras representam um importante esforço de sistematização e divulgação do conhecimento sociológico no Brasil, tornando acessíveis conteúdos que, em sua maioria, se encontravam em outra língua, tendo seu acesso restrito (Meucci, 2000). Sendo assim, apesar de Karl Marx ser amplamente criticado nos manuais analisados e de ter suas ideias classificadas muitas vezes como fomentadoras de ódio, esses autores terminaram, de certa forma, introduzindo suas contribuições para o debate.

No que diz respeito a estas críticas, um dos principais resultados deste artigo é que as posições dos autores em relação às ideias de Marx estão alinhadas com a doutrina social católica, expressa nas cartas encíclicas papais. As noções mais combatidas são as de luta de classes e a mais-valia. Além disso, outro resultado central é que a recepção que estes autores tiveram do marxismo está em convergência com a posição que se encontravam no espaço social, uma vez que eram parte de uma elite econômica (Alceu Amoroso Lima e Amaral Fontoura) ou integravam o clero (Francisca Peeters e Guilherme Boing).

Por fim, foi possível perceber uma aproximação do discurso destes autores em tentar minimizar as tensões sociais oriundas das relações de classe com o desejo de acalmar os

ânimos da sociedade após a Revolução de 1930. Com a consolidação no poder, Vargas buscou aliados para a centralização do estado e o catolicismo foi visto como um elemento unificador.

Apesar de a sociologia católica ter obtido certo êxito nas décadas de 1930 e 1940, tendo a Igreja ampliado as instituições confessionais durante o Estado Novo, e de ter articulado uma rede de intelectuais católicos leigos, essa vertente terminou por perder espaço no campo escolar. A autonomização do campo científico e a cristalização das regras do campo acadêmico com o surgimento dos cursos superiores, a sociologia católica passou a ser rejeitada nesta seara, restringindo-se aos espaços próprios de debate, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Cigales, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAÍDE, Tristão. *Preparação à Sociologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1942.

AZEVEDO, D. N. A fase inicial da difusão das ideias de Marx no Brasil. *rth*, Goiânia, v.9, n.1, p.197–210, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BENITO, Agustín Escolano. A manualística na Espanha: duas décadas de pesquisa (1992-2011). *Educação e Fronteiras*, Dourados, v.7, n.20, p.6–29, 2017.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v.28, n.1, p.123-145, jan./mar. 2021.

BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. Compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar a partir de manuais escolares: um percurso metodológico em manualística. *Em aberto*, Brasília, v.34, n.111, p.113-130, 2021.

BOING, Guilherme. *Sociologia Cristã*. Petrópolis: Editora Vozes, 1938.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. As formas de capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Manual de Teoria e Investigação em Sociologia da Educação*. New York: Greenwood, 1986. p.241-258.

BRASIL. *Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19301939/decreto1989018abril1931504631publicacaoorigina141245pe.html>>. Acesso em 04 jul. 2024.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Revista PRAIAVERMELHA*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.85-94, jan./jun. 2010.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares*. 2019. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise de uma instituição de ensino católica*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; OLIVEIRA, Amurabi. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares. *Revista Brasileira De História Da Educação*, v.20, n.1, e099, 2019.

FONTOURA, Amaral. *Filosofia da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, Ltda, 1970.

FONTOURA, Amaral. *Programa de Sociologia*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

GASPARINI, Eraldo Luís Paganí. O divórcio entre ciência e religião. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v.3, n.9, jan. 2011.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do homem*. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários). 1891.

MACHADO, Celso de Souza. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.13, n.1, p.115-142, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEUCCI, Simone. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Sociologia, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro; ENGERROFF, Ana Martina Baron. Disputas e concepções de Sociologia no campo educacional brasileiro: Fernando Azevedo e Alceu Amoroso Lima. *Perspectiva*, v.39, n.4, p.1-18, 2021.

OLIVEIRA, Marcos. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p.945-958, dez. 2004.

PEETERS, Francisca. *Noções de Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1938.

PIO XI, Papa. Carta Encíclica Divinis Redemptoris (Sobre o comunismo ateu). 1937.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Salute, 2012. p.1300-1309.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. Que fez São Tomás de Aquino diante de Karl Marx. *Rev. Lua Nova*, São Paulo, v.78, p.109-142, 2009.

Recebido em: 30 de Maio de 2024.

Aceito em: 30 de junho de 2024.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

SANTOS, Lucas Matheus de Lima. A recepção do marxismo nos manuais de Sociologia Católica (1920-1940). *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.8, n. 1, p. 32-53, 2024.